

Relator muda proposta da Câmara sobre Lei de Biossegurança

A permissão de uso para fins terapêuticos de células embrionárias sobradas do processo de fertilização *in vitro* é um dos pontos defendidos pelo senador Osmar Dias, relator na Comissão de Educação do projeto da Lei de Biossegurança. Ele divulgou ontem seu parecer, que introduz outra modificação importante na proposta da Câmara dos Deputados: a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) passa a ter competência para deliberar sobre pesquisa e comercialização de organismos geneticamente modificados. Segundo Osmar Dias, o projeto não deverá ser votado e sancionado ainda este ano. Além da Educação, as Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos analisarão a matéria antes da decisão do Plenário do Senado.

Página 8



INOVAÇÃO Parecer de Osmar Dias permite uso para fins terapêuticos de células embrionárias sobradas do processo de fertilização *in vitro*



COBRANÇA Oposição volta a exigir esclarecimento de denúncias contra Meirelles e Casseb. Heloísa Helena propõe ampliação do poder do Congresso para convocar autoridades

Comissão quer ouvir presidentes do BB e do BC

No Plenário, senadores cobram esclarecimento de denúncias contra dirigentes das duas instituições

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado pretende ouvir os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb. Convite nesse sentido foi aprovado ontem pelos senadores ao examinar requerimentos apresentados, separadamente, por Arthur Virgílio e Duciomar Costa. Meirelles deve ser questionado sobre denúncias da revista *IstoÉ* quanto a suposta

sonegação fiscal, e Casseb, a respeito dos critérios de patrocínios culturais da instituição – o banco comprou, recentemente, convites de um *show* em benefício do PT. A data das audiências ainda será marcada. No Plenário, vários senadores cobraram esclarecimentos a respeito das denúncias, e Heloísa Helena defendeu a ampliação do poder do Congresso de convocar dirigentes públicos.

Páginas 4 e 5

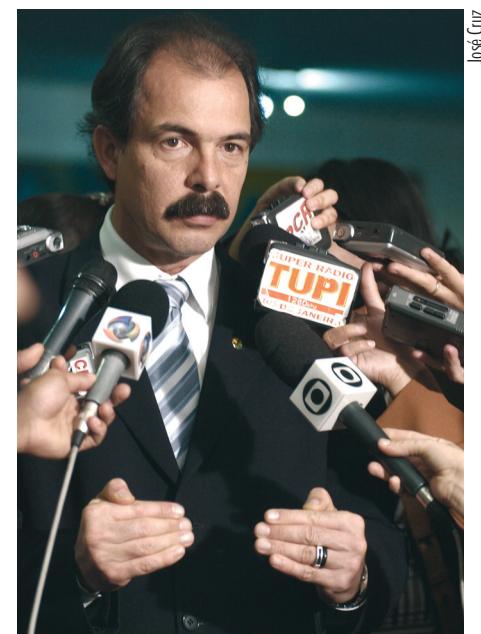
José Jorge: indefinições do governo prejudicam investimentos em energia

Página 7

Líderes devem definir pauta de votações na terça-feira

A reunião com os líderes partidários para acertar a agenda do Senado durante o período de esforço concentrado que antecede as eleições municipais de outubro deverá ocorrer na manhã da próxima terça-feira. O anúncio foi feito pelo líder do governo, Aloizio Mercadante, que criticou a oposição por, segundo ele, tentar dificultar a votação das parcerias público-privadas (PPPs). O líder da Minoria, Sérgio Guerra, esclareceu que não interessa aos oposicionistas adiar decisão sobre propostas importantes, como as PPPs, mas cobrou o esclarecimento das denúncias contra os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central. O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, disse acreditar na desobstrução da pauta do Senado e previu para setembro o término da votação da reforma do Judiciário.

Página 3



MOTIVAÇÃO Mercadante considera "eleitoreira" tentativa da oposição de adiar votações importantes para o governo

Suplicy anuncia audiência com Celso Amorim na CRE

Página 6



PROTEÇÃO De acordo com Eduardo Azeredo, *air bags* e barras de proteção não podem ser opcionais

Azeredo propõe ampliar itens de segurança nos veículos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar em breve projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que inclui *air bags*, barras de proteção lateral e arco de proteção superior entre os equipamentos obrigatórios nos veículos novos (PLS 115/04). Se for aprovada pela comissão, a proposta será enviada diretamente à Câmara, exceto se houver recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado.

– Os veículos vêm passando por transformações, entendendo-se que, quanto mais potentes, mais seguros precisam ser. Assim é que recursos como *air bags*, carrocerias deformáveis com células de sobrevivência e barras de proteção nas portas, já estão disponíveis para os econômicos.

Para Azeredo, se oferecidos como opcionais, os equipamentos de segurança levam a uma reação negativa dos consumidores, que têm de pagar mais pelos componentes.

Paim: Estatuto do Idoso está sendo descumprido

■ Empresas não têm respeitado direito a passagem gratuita em ônibus interestadual, alerta o senador

A garantia de passagem gratuita em ônibus interestadual para pessoas com mais de 60 anos que ganhem até dois salários mínimos, determinada pelo Estatuto do Idoso, tem de ser cumprida. Foi o que disse o senador Paulo Paim (PT-RS), ao informar que, dos 44 idosos que tentaram obter esse direito, apenas cinco foram atendidos. Os que conseguiram embarcaram no Rio de Janeiro, em



CRÍTICA Liminar em favor da Abrati mostra que Justiça é ágil ao revogar direito dos idosos, observa Paim

Brasília e em São Paulo.

O senador observou que isso está ocorrendo porque, das 250 empresas de transporte interestadual existentes no Brasil,

110 são filiadas à Associação Brasileira dos Transportadores Interestaduais (Abrati), que conseguiu uma liminar na Justiça suspendendo a obrigatoriedade da passagem gratuita. Paim acredita que a concessão da liminar mostra que o juiz não soube interpretar o estatuto e que a Justiça não é morosa quando se trata de revogar direitos assegurados aos idosos.

– Se as empresas reclamam de eventuais perdas financeiras, o que não nos parece verdadeiro, essa questão deve ser discutida em outra esfera. Mas sem prejuízo do cumprimento da lei, para que o Estado de direito não sofra qualquer contestação – disse o senador.



PROPOSTA Aelton de Freitas sugere medida para incentivar contratação nas empresas privadas

Aelton quer empregos para quem tem mais de 40 anos

O senador Aelton Freitas (PL-MG) pediu ontem, em Plenário, a aprovação de projeto de sua autoria que permite às empresas deduzirem de seu Imposto de Renda os salários pagos a funcionários com mais de 40 anos de idade.

– Sei que essa proposta por si só não resolve o problema, mas apresentei-a convicto de que seria um incentivo a mais para aumentar a condição de ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho – assegurou.

A matéria (PLS 372/03), explicou Aelton, aguarda designação de relator para ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Além do apoio para seu projeto, ele pediu que os senadores apresentem propostas em benefício da parcela da população com idade acima de 40 anos que encontra dificuldades para ingressar no mercado de trabalho.

– Temos uma responsabilidade enorme no aperfeiçoamento das políticas e na preservação de um mercado de trabalho mais justo – disse.

Políticas específicas

O parlamentar também fez apelo aos órgãos públicos em favor da criação de políticas destinadas a facilitar o ingresso no mercado de trabalho. Ele afirmou que “a realidade para essa faixa etária no mercado tem sido bastante dolorosa, comprometendo a dignidade de milhares de famílias”.

Aelton leu trechos de duas cartas recebidas de uma moradora de Uberaba (MG), Maria Lúcia Vidal Gomes, auxiliar administrativa desempregada há mais de três anos. Segundo ressaltou, as cartas refletem com precisão dramática a situação de brasileiros que anseiam por postos de trabalho.

Agenda

Sessão não deliberativa

A sessão plenária de hoje, com início previsto para as 14h30, será não deliberativa. Não haverá votação de projetos, somente discursos dos parlamentares e comunicados da Mesa diretora. Amanhã, o Senado

também realiza, às 9h, sessão não deliberativa. Na próxima terça-feira, os senadores retomam a análise das medidas provisórias e projetos de conversão que constam da pauta.



Ligações gratuitas para A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional durante 24 horas. As sugestões, dúvidas ou reclamações da população são encaminhadas aos órgãos de competência. Os interessados podem acessar o serviço pelo número 0800 61-2211.

Universidade para Todos

O secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan Filho, é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, apresentado pela TV Senado, às 20h30. Ele fala sobre o programa Universidade para Todos.

Qualidade na TV do Brasil

A qualidade da TV brasileira é tema de videoconferência promovida pela campanha “Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania”, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O evento será realizado amanhã, às 14h, no Interlegis.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



POSITIVO Para Edison Lobão, proposta de Eduardo Azeredo ajudará os trabalhos das comissões

Lobão quer decidir já sobre projetos terminativos

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), pretende colocar em votação na próxima semana, durante o esforço concentrado, projeto de resolução (PRS 16/04), de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que permite a votação de projetos em caráter terminativo pelas comissões mesmo quando houver medidas provisórias (MPs) trancando a pauta do Plenário.

Para Edison Lobão, a aprovação da proposta pode ajudar a evitar que os trabalhos de muitas comissões sejam parcialmente paralisados em decorrência do trancamento da pauta do Plenário. Pelo menos 15% a 20% das matérias que tramitam nos colegiados, observou, têm caráter terminativo, ou seja, podem ser consideradas aprovadas desde que não seja apresentado – por no mínimo um décimo dos senadores – recurso para sua votação em Plenário.

– Se pudéssemos fazer isso, avançaríamos bastante na pauta e os trabalhos fluiriam melhor, embora possa existir uma incoerência em relação ao andamento das matérias no Plenário.

A pauta da reunião de ontem da CCJ, adiada para a próxima semana, continha 21 itens com tramitação terminativa. Como a pauta do Plenário está trancada por quatro MPs, um projeto de lei de conversão e um projeto de lei em regime de urgência, nenhuma das 21 propostas poderia ser votada.

O projeto de Azeredo estabelece que o prazo para apresentação de recurso para a votação de projetos terminativos no Plenário seja suspenso enquanto não forem votadas as medidas provisórias.

Líderes devem definir terça-feira pauta de votações, diz Mercadante

■ Segundo líder do governo, convite para a reunião deve ser feito pelo presidente do Senado, José Sarney

A reunião com os líderes partidários para acertar a agenda do Senado durante o período de esforço concentrado que antecede as eleições municipais de outubro deverá ocorrer na manhã de terça-feira, dia 10. Ao anunciar a data, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o convite será feito pelo presidente da Casa, José Sarney, a todos os líderes.

Mercadante também criticou a oposição, cujas declarações, segundo ele, podem adiar para depois das eleições votações de projetos importantes para a geração de emprego e de-



DISCORDÂNCIA Mercadante criticou opositoras que pretendem adiar a votação do projeto das PPPs

envolvimento do país, como as parcerias público-privadas (PPPs). Ele vê razões eleitorais nas declarações – de que o aumento dos investimentos poderá beneficiar o PT nas eleições –, mas acha que esses argumentos não se sustentam.

– O projeto das PPPs é suprapartidário, é de longo prazo,

envolvendo contratos de 30 a 40 anos, portanto irá servir ao Brasil durante muito tempo.

Mercadante informou que os ministros estão dispostos a conversar com as lideranças partidárias na próxima semana para encontrar soluções sobre questões de mérito do projeto. Mas resolvidas essas pendências não haverá razão para não votar a matéria, afirmou.

Outras duas propostas são consideradas indispensáveis pelo líder do governo: a reforma do Judiciário e a Lei da Biossegurança, que, segundo afirmou, devem ser votadas durante o período que antecede as eleições. Ele anunciou que a bancada do governo e seus aliados deverão comparecer na próxima semana para garantir o esforço concentrado, votar matérias relevantes para o país e desobstruir a pauta do Senado, que a seu ver não

traz medidas provisórias nem projetos polêmicos.

BB e BC

O líder do governo aproveitou a entrevista à imprensa para reforçar o recado aos opositoristas que "insistem em dar prioridade" às audiências públicas com os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, que explicariam suas pendências com o fisco perante as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC).

Além de voltar a defendê-los e reiterar que deverão comparecer ao Senado para dar explicações sobre os casos denunciados pelas revistas *IstoÉ* e *Veja*, Mercadante enfatizou que o convite aos presidentes do BC e do BB deve ser tratado de maneira independente da definição da agenda para o esforço concentrado.

Sérgio Guerra garante que oposição quer votar logo propostas importantes para o país

O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), declarou que não é interesse da oposição adiar a votação de propostas importantes para o país, como o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs), a Lei de Biossegurança e a reforma do Judiciário. No entanto, ele disse considerar fundamental que as denúncias contra os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, sejam esclarecidas em foro adequado, a seu ver

o Congresso Nacional.

– Desejamos que os projetos importantes para o país não sejam postergados. A oposição será construtiva, democrática, transparente e positiva tanto quanto o governo for. Os requerimentos [que convidam Meirelles e Casseb a comparecerem à Comissão de Assuntos Econômicos] devem ser discutidos e os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Central devem ser ouvidos. Não pode ocorrer o que houve no caso Waldomiro Diniz – afirmou

Sérgio Guerra, referindo-se às denúncias contra o ex-assessor do Palácio do Planalto.

Para Sérgio Guerra, as denúncias contra Casseb são graves, por envolverem o "aparelhamento da máquina pública".

– Esse processo não está isolado da utilização de recursos pelo governo para promover o PT. Essa é uma demonstração de que essa relação está ficando fora de controle. Atualmente, em centenas de municípios, você vê campanhas milionárias do PT. Antigamente se identi-



CONDIÇÃO Segundo Sérgio Guerra, é fundamental que Congresso ouça Henrique Meirelles e Cássio Casseb

ficava uma campanha petista pela estrela e pela bandeira vermelha. Hoje, você a identifica pela riqueza. Isso não é um bom sinal – analisou.

Paim: reforma do Judiciário ficará para setembro

Apesar de ter sido uma das prioridades anunciadas pelo presidente da Casa, José Sarney, para o esforço concentrado do Senado, que começa com a sessão deliberativa de terça-feira, a votação dos destaques à reforma do Judiciário dificilmente avançará na próxima semana, avalia o vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS). Ele acredita, entretanto, que a pauta do Plenário será desobstruída.

Segundo Paim, a construção de um acordo entre as lideran-

ças partidárias em torno dos 159 destaques à proposta de emenda à Constituição (PEC) que modifica o Judiciário ainda demandará tempo. A previsão do senador é que a conclusão da tramitação da matéria no Senado ocorra em setembro.

Já em relação à desobstrução da pauta do Senado, Paulo Paim é otimista. Ele aposta que as quatro medidas provisórias (MPs) e os dois projetos de lei (um de conversão e outro da Câmara dos Deputados que tramita em regime de urgência)

deverão ser votados sem gerar muita polêmica. "São MPs que já estão em vigência. Poderá haver debates, o que é natural, mas a votação poderá ser inclusive simbólica", acredita.

O senador confia ainda na aprovação do projeto de lei de conversão que altera o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PLV 41/04) e do projeto de lei da Câmara (PLC 32/04) que disciplina os benefícios fiscais para a capacitação e a competitividade do setor de informática

e automação. A aprovação do último projeto deverá ocorrer sem dificuldades, prevê.

Mas deve haver dificuldades, disse, em relação à Lei de Biossegurança. "Será um avanço se conseguirmos votá-la até o fim do ano", afirmou.

Para o vice-presidente do Senado, o esforço concentrado de agosto será realizado apenas na próxima semana. Paim também prevê votações apenas na primeira semana de setembro. "Depois disso, só após as eleições."

GOVERNO

Heloísa propõe mais prerrogativas para o Legislativo. Antero defende saída de Meirelles e Casseb. Virgílio diz que Lula não entende do jogo democrático. PFL pede investigação de atos que considera lesivos à população

Heloísa quer ampliar poder de convocação

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia o poder do Congresso Nacional para convocar dirigentes públicos. A proposta permite convocar, além de ministros de Estado e subordinados à Presidência da República, conforme já estabelece o texto constitucional, outras autoridades do Executivo, como os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil. Esses só podem atender a chamado do Congresso, para dar informações, por meio de convite.

– Pela lei atual, tais dirigentes não podem ser convocados a prestar esclarecimentos sobre denúncias que os envolvem – lembrou a senadora, ao manifestar a certeza de que sua proposta será aprovada, já que recebeu a assinatura da maioria dos senadores em Plenário.

Heloísa Helena conclamou os parlamentares a forçarem o Executivo a dar uma satis-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

PRERROGATIVA Dirigente de estatal não é obrigado a atender chamado do Congresso, diz Heloísa Helena

fação à população sobre atos denunciados pela imprensa e por populares. Citou os casos dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, acusados de sonegação fiscal e transferência ilegal de dinheiro para o exterior, conforme divulgou a imprensa.

O presidente do Banco do Brasil também é acusado de fa-

vorecer o PT, partido do governo, em promoção para angariar fundos destinados à nova sede do partido. As denúncias repercutiram na Casa e vários senadores pediram a demissão dos dirigentes acusados caso não venham ao Senado esclarecer os fatos denunciados.

– Os integrantes do governo Lula atacavam o governo Fernando Henrique tão logo eram denunciados casos de corrupção. Agora, o velho odor fétido da corrupção contamina também o governo do PT – enfatizou a senadora em defesa da PEC. Ela ressaltou que os presídios estão lotados pelos “filhos da pobreza, que sabem que a cadeia é o risco de quem comete crimes, enquanto o rico rouba sem risco”.

Para Heloísa Helena, a proposta não resolve a questão da corrupção, mas minimiza os efeitos da omissão do governo quanto ao envolvimento dos seus membros em crimes contra o patrimônio público.

Antero: denúncias são suficientes para demissão

Ao criticar a manutenção de Henrique Meirelles e Cássio Casseb nas presidências do Banco Central e do Banco do Brasil, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que as denúncias publicadas nos últimos dias, pela imprensa, são suficientes para o presidente da República demitir as duas autoridades.

– O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um grande espetáculo, mas de imoralidade, de indecência e desfaçatez – afirmou.

Segundo Antero, a série de irregularidades levantadas, “sem que o governo tenha agido de forma firme para coibi-las”, ultrapassou todos os limites do tolerável.

– O governo prefere acusar a oposição de estar ressentida pelos bons resultados no campo econômico. Justifica que a oposição tem objetivos políticos e que queremos prejudicar a agenda positiva da administração do PT. Esse

procedimento lembra o regime militar, nos tempos em que o *slogan* era “Brasil, ame-o ou deixe-o” ou “Este é um país que vai pra frente”, para justificar a tortura, a censura e o fechamento do Congresso. Agora, a previsível reação da economia é usada como argumento para criticar a oposição, o Ministério Público e a imprensa.

A compra de ingressos, pelo Banco do Brasil, para *show* de uma dupla sertaneja cuja arrecadação serviria para auxiliar no pagamento da construção da nova sede do Partido dos Trabalhadores foi considerada por Antero como uma evidência de que o PT transformou aquela instituição bancária em sucursal da sua tesouraria.

Antero avisou ao governo que não o intimida notícia publicada ontem pelo *Correio Braziliense* informando que o Palácio do Planalto montou uma estratégia para provar suposta ligação entre o senador e João Arcanjo Ribeiro, o Co-



PROVIDÊNCIA Para Antero de Barros, Henrique Meirelles e Cássio Casseb já deveriam ter sido afastados

mendador, acusado de chefear o crime organizado em Mato Grosso. Ele declarou que podem investigá-lo à vontade.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou sua intenção de ampliar os temas enumerados no requerimento de convite para que Meirelles e Casseb compareçam à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). José Agripino (PFL-RN) informou que a organização não-governamental Ágora, presidida por um amigo do presidente Lula e acusada de utilizar notas frias para prestar contas de recursos federais, recebeu o dinheiro destinado ao programa Primeiro Emprego.



REAÇÃO Arthur Virgílio critica declarações de autoridades contra os partidos de oposição

Arthur Virgílio afirma que Lula age de forma imperial

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou o presidente Lula e o ministro da Casa Civil, José Dirceu, por declarações sobre o comportamento dos partidos de oposição. Para o senador, o presidente “não entende nada de jogo democrático” e age de forma imperial, assim como o ministro.

– O presidente imagina que a oposição tem que se portar como um bando de robóticos

dependurados em arame de ventríloquo. Pobre do PT e seu governo se não existisse oposição. Os opositores são uma parcela legítima da sociedade civil e, em nome de milhares de brasileiros, apontam os equívocos da equipe de plantão no Planalto.

Governadores

Virgílio disse que Dirceu rechaçou “de forma autoritária” reivindicações dos governadores do PSDB, reunidos em Palmas, pela liberação de verbas dos convênios com a União. Ele citou a suspensão dos repasses do salário-educação aos estados e observou que o ministro deu uma justificativa autoritária, ao afirmar que “foi uma medida que atendeu aos interesses de todos os municípios e não há por que modificá-la”.

O senador lembrou que o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, informou que, faltando cinco meses para terminar o ano, ainda não foram liberados pelo governo federal repasses dos fundos Penitenciário e de Segurança.

Virgílio ressaltou que, às vésperas das eleições, o governo tenta promover um “engodo” sobre os resultados econômicos obtidos até agora.

PFL recorre da exigência de pagamento só por cheque

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), comunicou ao Plenário ter participado, ontem, ao lado do presidente nacional do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), e do líder na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), de audiências no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Contas da União (TCU), onde solicitaram investigações sobre atos do governo Luiz Inácio Lula da Silva considerados lesivos ao patrimônio público.

Os líderes pefelistas no Congresso entregaram ao presidente do STF, ministro Nelson Jobim, proposta de ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra artigo da Lei 10.892/04 que impediria o pagamento de algumas cobranças bancárias em dinheiro.

– Como vai ficar a situação de quem não tem conta em banco, já que alguns pagamentos só



PROCESSO José Agripino comunica que partido entrou com ação de inconstitucionalidade no STF

poderão ser feitos com cheque ou por meio de débito em conta corrente? – questionou.

Segundo Agripino, os dirigentes lojistas estão em pânico ante a possibilidade de queda nas vendas ao consumidor de baixa renda, que costumam pagar prestações em dinheiro. No entendimento do PFL, a exigência da nova lei seria inconstitucional – já que matérias relativas ao sistema financeiro devem ser tratadas por lei complementar – e a medida ataca o direito ao livre trânsito de moeda, além de prejudicar consumidores sem condições de ter conta bancária.

GOVERNO

Ideli pede à oposição que entre no "clima de otimismo"

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), sugeriu aos parlamentares da oposição que se deixem contagiar pelo "clima de otimismo" que estaria reinando na sociedade em relação aos rumos da economia. Conforme Ideli, é preciso dar sustentabilidade à retomada do crescimento econômico.

Entre as conquistas recentes do governo, a senadora catarinense citou o aumento da atividade também em setores não ligados diretamente à exportação; o número significativo de empregos criados com carteira assinada; e a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) favorável aos pedidos do Brasil e outros países de corte dos subsídios agrícolas pelos países ricos.

Segundo Ideli, pesquisas indicam que mais de 50% da população acham que estarão melhores do ponto de vista econômico-financeiro em 2005.

A líder do PT referiu-se ainda aos problemas relativos ao programa Primeiro Emprego, que teve sua execução suspensa por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Ela observou que a suspensão se deve à necessidade administrativa de formação do conselho consultivo do programa.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) disse que houve malversação de recursos pela organização não-governamental Ágora, uma das entidades encarregadas de projetos no âmbito do programa.

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou não ver diferença entre o clima do Parlamento e o clima das ruas.



OTIMISMO Pesquisas mostram que mais de 50% da população crêem que situação vai melhorar, diz Ideli

Comissão de Fiscalização e Controle aprova requerimentos para que presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil prestem esclarecimentos ao Senado. Ideli destaca confiança popular e Pavan cobra realização de obras



EXPLICAÇÕES Integrantes da CFC querem esclarecimentos sobre matérias divulgadas na imprensa

Meirelles e Casseb são convidados para audiência

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimentos para que os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima, sejam convidados a falar em audiência pública. Reportagem recentemente publicada acusou Meirelles de sonegação fiscal e transferência ilegal de recursos ao exterior. Já Casseb deverá explicar os critérios para distribuição de recursos de patrocínio do banco, uma vez que outra reportagem relatou que a instituição tinha patrocinado espetáculo da dupla de cantores Zezé di Camargo e Luciano

que, por sua vez, estaria revertendo parte da arrecadação de seus *shows* para financiar a construção da sede do PT em São Paulo. A data das audiências ainda será marcada.

Casseb foi convidado com base em requerimentos apresentados separadamente por Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Duciomar Costa (PTB-PA), solicitando esclarecimentos sobre os critérios de distribuição de patrocínios do Banco do Brasil. Meirelles foi convidado a partir de requerimento apresentado por Duciomar pedindo, entre outras coisas, explicações sobre as ações do Banco Central para

minimizar os efeitos da taxa de câmbio.

Antes de colocar os requerimentos em votação, o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), leu carta de Casseb explicando as medidas tomadas para evitar patrocínios como o que financiou espetáculo destinado a angariar fundos para o PT.

Entre essas medidas estão a proibição de financiamento para eventos promocionais que beneficiem os partidos políticos e a inclusão de um diretor de Controle Interno da instituição no Comitê de Comunicação.

Aldo Rebelo apóia comparecimento ao Senado

Depois de encontrar-se na tarde de ontem com o presidente do Senado, José Sarney, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, afirmou que o governo não julga se é bom ou ruim para o Executivo o convite aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para que os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cassio Casseb, compareçam para dar explicações. Os dois dirigentes de instituições financeiras são acusados de irregularidades, em matérias divulgadas nos últimos dias pela imprensa.

– Não há necessidade do apoio do governo para eles virem. Se o Senado resolveu, é uma instituição do Estado brasileiro com poderes e competência para fazer o convite e, se assim foi feito, esse convite torna-se de interesse do país.

O ministro da Coordenação



AGENDA Aldo Rebelo conversou com Sarney sobre propostas de interesse do país que deverão ser votadas nos próximos meses pelo Senado

Política declarou que a aprovação do convite na comissão deve ter ocorrido com a posição favorável do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), devendo ser boa para o Senado e para o país.

O ministro revelou ter trocado rápidas idéias sobre o assunto com o presidente Sarney, expressando-se contrariamente ao comparecimento motivado por razão eleitoral, mas

favorável ao comparecimento de ministros e presidentes de instituições do Estado quando isso for do interesse público e do Legislativo.

Aldo Rebelo disse que tratou da agenda do Legislativo e dos temas de interesse do país que deverão ser votados nos próximos meses. Sarney lhe comunicou que fará uma reunião com os líderes, na próxima semana, para tratar da pauta.

Pavan espera que Lula cumpra promessas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo federal o cumprimento das promessas feitas pelo presidente Lula durante a campanha eleitoral de 2002. Ele referiu-se especialmente à duplicação do trecho sul da BR-101 e à internacionalização do Aeroporto de Navegantes (SC).

– Não faço oposição com o fígado, tampouco olhando para trás, através do espelho retrovisor. Quero me concentrar nas ações futuras, mas não abrirei mão de meu direito de senador da oposição de cobrar as providências governamentais que interessem ao meu estado – esclareceu.

Segundo Pavan, 80% da BR-101 já foram duplicados no governo Fernando Henrique Cardoso, faltando apenas os 20% relativos ao trecho sul da rodovia, que inclui o estado de Santa Catarina. Não é por acaso, comentou o senador, que a estrada é conhecida como "rodovia da morte", tal o número de acidentes fatais nela registrados.

Pavan protestou ainda contra a demora no processo de internacionalização do Aeroporto de Navegantes. No mês passado, afirmou, o próprio presidente Lula esteve na cidade, com festa e pompa, para dar o título de internacional ao aeroporto, o que permitirá o pouso de vôos *charters* com turistas do Chile, Argentina e Uruguai.

– O problema é que tudo continua no papel. A festa resultou em grande frustração para o povo de Santa Catarina – disse o senador.



ALERTA "Não abrirei mão de cobrar providências que interessem ao meu estado", garante Pavan

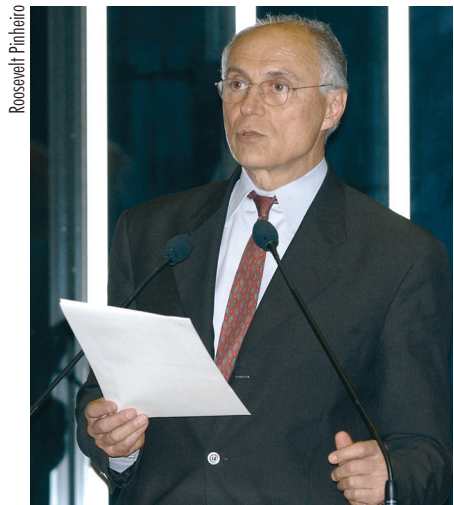
Celso Amorim falará sobre vitória do Brasil na OMC

■ Ministro das Relações Exteriores será ouvido pela CRE quinta-feira da próxima semana, informa Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comparecerá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira da próxima semana, dia 12, às 11h. O tema principal dos debates será a recente vitória obtida pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) com relação aos subsídios agrícolas pagos pelos países desenvolvidos.

Antes do debate com o ministro, informou Suplicy, presidente da CRE, os senadores deverão sabatinar dois diplomatas designados pelo presidente da República para as embaixadas na Turquia e El Salvador: Cesário Melantonio Neto e Eduardo Prisco Paraíso Ramos, respectivamente. A reunião em que os nomes serão analisados está marcada para as 9h30.

— Já era a minha intenção convidar o ministro Celso Amorim, mas ele antecipou-se e falou de sua disposição de participar desse debate no Congresso. Ele poderá vir acompanhado de outros membros do governo



QUESTIONAMENTOS Suplicy anuncia sabatina de indicados para embaixadas

que participaram das negociações na OMC. Estou propondo que a reunião seja conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, dada a relevância do tema. O próprio presidente José Sarney demonstrou interesse nessa exposição e disse que gostaria de estar presente — informou Eduardo Suplicy.

Opaq

O senador por São Paulo também comentou a decisão do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de considerar ilegal o afastamento, em 2002, do brasileiro José Maurício Bustani do cargo de diretor-geral da Organização

para a Proibição das Armas Químicas (Opaq), por iniciativa do governo dos Estados Unidos. Suplicy cumprimentou Bustani, que hoje é embaixador do Brasil no Reino Unido, pela vitória.

Conforme o senador, o tribunal da OIT determinou que a Opaq indenize o diplomata por danos morais e materiais. O pagamento por danos morais foi fixado em 50 mil euros, além de 5 mil euros pelos custos processuais. Já a indenização por danos materiais estipulada foi o equivalente aos salários que Bustani teria a receber até o fim do seu mandato como diretor-geral, que expiraria em maio de 2005.

Suplicy acrescentou que José Maurício Bustani já declarou que doará integralmente a indenização por danos morais ao programa da Opaq de cooperação com países em desenvolvimento. O diplomata brasileiro também abriu mão do direito à indenização material e comprometeu-se a assumir pessoalmente a compensação pelos custos legais. Suplicy baseou suas informações em artigo publicado pelo economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Júnior.

Marcos Guerra despede-se. Camata reassumirá hoje

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) despediu-se ontem do Senado. Nos últimos quatro meses, ele substituiu, como suplente, o titular Gerson Camata (PMDB-ES), que reassume hoje o cargo. Marcos Guerra disse que volta ao Espírito Santo com “uma nova compreensão dos problemas brasileiros, com a consciência ampliada pelos diferentes temas discutidos na Casa” e certo de que o objetivo comum dos senadores “é transformar o Brasil em uma nação forte e progressista”.

Em uma prestação de contas, Marcos Guerra afirmou que apoiou o salário mínimo proposto pelo governo, de R\$ 260, porque tomou como referência a realidade do seu estado, embora acreditasse que a economia suportava um mínimo de R\$ 275.

— Foi uma posição a favor do emprego, uma postura responsável, porque no Espírito Santo e em outros estados pobres os salários são atrelados ao mínimo. Principalmente as micros e pequenas empresas não suportariam — explicou.

Na questão dos bingos, Marcos Guerra esclareceu que votou pela reabertura, por ter levado em conta que 400 mil pessoas ficariam desempregadas com a medida.

Guerra disse que apresentou nove projetos em sua passagem



BALANÇO Marcos Guerra presta contas dos quatros meses em que ocupou o cargo de senador

pelo Senado, e que se preocupou em ser um porta-voz das micros, pequenas e médias empresas, “massacradas por uma carga tributária absurda”.

Marcos Guerra foi apartado por 14 senadores, que elogiaram a sua atuação, principalmente no episódio da compra da fábrica de chocolates Garoto pela Nestlé. Foram os seguintes os aparteados: Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Luiz Otávio (PMDB-PA), Ideli Salvatti (PT-SC), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Heráclito Fortes (PFL-PI), Heloísa Helena (sem partido-AL), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Sarney (PMDB-AP), José Jorge (PFL-PE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Preservação de documento eletrônico em debate

A presidente da Câmara Técnica de Gestão de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), professora Cláudia Lacombe, fez palestra ontem para funcionários da Subsecretaria de Arquivo do Senado sobre tratamento e preservação de documentos eletrônicos. Durante a exposição, a convite da Comissão de Gestão de Documentos Eletrônicos da Casa, Cláudia Lacombe defendeu a importância de medidas voltadas para a democratização da informação arquivística e a preservação da memória nacional.

— A digitalização eletrônica não autoriza a eliminação do documento original, cujo valor de prova é intransferível — ressaltou Cláudia Lacombe.

Ela informou que, atualmen-



DISCUSSÃO Professora Cláudia Lacombe fala a funcionários da Subsecretaria de Arquivo do Senado

te, as instituições representativas dos arquivistas estão discutindo a aprovação de dois documentos que deverão definir as linhas básicas de uma política nacional para o setor. Trata-se da Resolução 20, na qual o Conselho Nacional de Arquivos dispõe sobre a inserção da digitalização em

programas de gestão de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, e da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital.

A presidente da Comissão de Gestão de Documentos Eletrônicos do Senado, Rosa Gonçalves, esclareceu que a palestra da professora Cláudia Lacombe faz parte do esforço realizado pela Casa para atualizar os métodos de captação e preservação de documentos.

Durante a palestra, Cláudia Lacombe informou que, até o fim do próximo ano, o Brasil já deverá dispor de legislação relativa à preservação de documentos eletrônicos dentro de uma linha aprovada pela Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco).

Senador propõe benefícios para as pequenas e médias empresas

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES), que se despediu ontem da Casa, apresentou projetos que garantem a competitividade e a sobrevivência das empresas de pequeno e médio porte. As propostas estão em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Um dos projetos (PLS 213/04) estabelece normas para redução da contribuição empresarial para a Seguridade Social. A proposta pretende adequar diretamente a carga tributária, visando ao aumento de salários, criação de empregos e elevação da arrecadação.

— Essa proposição é evidência concreta de que é possível reduzir a carga tributária e elevar o nível de emprego.

Outro projeto (PLS 214/04) altera duas leis para facultar às médias empresas a opção pelos regimes anteriores do

Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para a Seguridade Social (Cofins), ainda que tributados pelo Imposto de Renda com base no lucro real.

O senador argumenta que o projeto cria a possibilidade, para as médias empresas, de optar entre os regimes cumulativos anteriores e os instituídos a partir das Medidas Provisórias 66/02 e 135/03, sem que tenham de migrar para o regime de tributação com base no lucro presumido.

Um terceiro projeto (PLS 223/04) permite que a média empresa possa participar dos mecanismos do Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples.

Garibaldi protesta contra sobretaxa dos EUA ao camarão

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) protestou ontem em Plenário contra decisão do governo dos Estados Unidos de impor sobretaxa de 36,9% ao camarão importado do Brasil. A adoção da medida foi suscitada, segundo informou, por empresas pesqueiras norte-americanas, que acusam os produtores brasileiros de “concorrência desleal” por colocar no mercado internacional crustáceos muito mais baratos que os cultivados localmente.

Como a sentença definitiva sobre o assunto pode só sair em dezembro, o parlamentar teme que, até lá, o governo norte-americano autorize a elevação da sobretaxa para até 67%. Enquanto a Organização Mundial do Comércio (OMC) se colocou “amplamente favorável” a países como o Brasil na questão dos subsídios agrícolas governamentais fornecidos a produtores da Europa e dos Estados Unidos, a agência norte-americana responsável pelo assunto demonstra, com essa atitude, uma “posição diametralmente oposta”.

– Aqui, não há qualquer apoio do governo aos produtores de camarão. Como não há política pública para o setor, não há como haver prática de *dumping* – afirmou, acrescentando que os produtores brasileiros alcançam maior produtividade pela tecnologia empregada.



CONCORRÊNCIA Garibaldi descarta prática de *dumping* por parte dos produtores brasileiros

José Jorge: indefinições prejudicam setor elétrico

■ Senador diz que governo precisa apressar construção da usina de Angra 3, que está paralisada

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que são preocupantes as indefinições que cercam o setor elétrico do país, 19 meses depois do início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele lembrou que investimentos no setor são de longa maturação e precisam de três a sete anos para alcançar resultados concretos.

– No início do governo, sobravam 10 milhões de megawatts, mas se a paralisia não for rapidamente revertida haverá falta de energia a partir de 2007. Caso o crescimento da economia se acelere, como todos desejamos, a escassez pode até começar antes – alertou.

Segundo o senador, a decisão do governo de criar um modelo totalmente novo para o setor não foi a melhor, pois implicou perda de muito tempo, tanto que até hoje a regulamentação do modelo está longe de



PROBLEMAS José Jorge destaca que existem 26 projetos de geração de energia parados em todo o país

terminar.

José Jorge afirmou que o governo precisa definir com rapidez se irá intensificar a construção da usina nuclear de Angra 3. O projeto já consumiu mais de R\$ 1 bilhão e está paralisado, assim como todas as hidrelétricas que o governo Fernando Henrique Cardoso deixou em construção, de acordo com o senador.

Com base em dados da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base, José Jorge observou que há 26 projetos de geração de ener-

gia elétrica, totalizando 5.500 megawatts, paralisados em virtude de problemas com licenciamento ambiental e dificuldades de financiamento ou devido à instabilidade do marco regulatório.

Para a associação, o investimento do setor privado nesses empreendimentos poderia chegar a R\$ 14 bilhões, mas somente quando os problemas dessas usinas estiverem resolvidos os investidores pensarão em participar de leilões de energia nova, destacou José Jorge.

O senador por Pernambuco alertou ainda para o fato de que, sem um parque gerador confiável e diversificado, que inclua formas alternativas de aproveitamento energético, a economia não crescerá e os investimentos necessários para a criação de bons empregos não serão feitos. Sem energia não pode haver progresso, observou ele.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o governo não pode se descuidar do setor energético e que todos ainda se lembram do “apagão” de 2001.



INTEGRAÇÃO João Ribeiro afirma que regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste poderão ser beneficiadas

proporcionará uma revolução no sistema de transporte multimodal do interior do Brasil – afirmou.

Ribeiro disse que reforçar o orçamento e liberar os recursos de implantação das eclusas não é uma atitude populista, mas uma decisão fundamental para o sucesso do projeto de desenvolvimento daquela região.

– O Brasil começa a incomodar as grandes economias. Mas estou convencido de que esse tempo acabou. Para isso, precisamos reduzir nossos custos de

produção, colocarmos-nos em posição de competidores fortes e agressivos. E a implantação da hidrovía está no centro dessa nova atitude – acrescentou o parlamentar.

João Ribeiro pede eclusa para hidrovía Araguaia-Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) cobrou ontem a conclusão das eclusas da hidrovía Araguaia-Tocantins, como forma de barrar o atraso econômico da região Centro-Oeste e estabelecer as bases para o desenvolvimento do Norte-Nordeste, integrando a hidrovía com a ferrovia Norte-Sul.

– Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão são estados diretamente interessados na conclusão da hidrovía Araguaia-Tocantins. A integração com a ferrovia Norte-Sul



ARRENDAMENTO Mozarildo sugere antecipar a discussão sobre projeto do Ministério do Meio Ambiente

Mozarildo quer debate sobre exploração da Amazônia

Citando reportagens dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que pretende antecipar o debate sobre projeto do Ministério do Meio Ambiente para permitir a exploração dos recursos naturais de parte da Amazônia em sistema de arrendamento. Segundo ele, a exploração seria permitida até mesmo para empresas estrangeiras, mas não haveria a posse da terra.

– Fico até arrepiado de pensar nesse projeto – declarou.

Mozarildo explicou que ainda não se sabe se o governo pretende encaminhar a idéia ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei ou de medida provisória. Ele lembrou que a proposta prevê o mapeamento da floresta amazônica que não faça parte de nenhuma área de preservação ambiental, dividindo-a em blocos que seriam alugados a concessionários. O senador assinalou que as empresas interessadas teriam o direito de explorar os recursos naturais de 100% da área alugada.

– O Brasil ainda não conhece toda a biodiversidade da Amazônia. Espero que a Casa Civil faça os ajustes necessários, porque, com certeza, vão predominar as empresas estrangeiras ou as travestidas de empresas nacionais – concluiu.

Valadares propõe criação de escola técnica de petróleo em Aracaju

Para aproveitar o potencial do estado de Sergipe no setor petrolífero, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) – foto – apresentou projeto de lei que autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Petróleo de Aracaju (SE), des-

tinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas do setor petroquímico da região.

Segundo o projeto, para a instalação da escola técnica poderão ser utilizados dotações orçamentárias da União assim

como recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) e do denominado Sistema “S”, destinado às confederações empresariais.

Valadares explica que no

estado de Sergipe, num círculo com apenas 30 km de raio, existem jazidas de petróleo, gás natural, calcário, sais de sódio, potássio e magnésio.

A proposta tramita na Comissão de Educação (CE) em regime de decisão terminativa.



Relator muda texto da Lei de Biossegurança

■ Parecer de Osmar Dias amplia competências da CTNBio e permite a utilização de células embrionárias

O relator do projeto da Lei de Biossegurança na Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), divulgou ontem seu parecer que modifica o projeto da Câmara em dois pontos principais: a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) passa a ter competência para deliberar sobre pesquisas e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e fica permitida a utilização de células embrionárias, não usadas em processo de fertilização *in vitro*, para fins terapêuticos. Em entrevista à Rádio Senado, Osmar Dias avaliou que o projeto não deverá ser votado e sancionado ainda este ano, em função do calendário eleitoral.

– Vou apresentar o relatório na próxima terça-feira na CE, mas ele precisará, ainda, ser analisado nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), para depois ser votado no Plenário – explicou. Além disso, lembrou o relator, se as modificações forem aprovadas, o projeto voltará para a Câmara.

O texto encaminhado pelos deputados confere à CTNBio autonomia somente para



Rosenelt Pinheiro

PREVISÃO Osmar Dias avalia que o projeto não será votado este ano, em função do calendário eleitoral

aprovar projetos de pesquisa envolvendo transgênicos. Por pressão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e de ambientalistas, a comercialização ficaria a cargo dos órgãos de registro, licenciamento e fiscalização das áreas ambiental e de saúde. Já a utilização de células-tronco para pesquisas foi descartada na Câmara, por pressão da Igreja Católica e da bancada evangélica. A proposta aprovada pelos deputados apenas reforçou as proibições quanto às formas ilegítimas de intervenção nos tecidos celulares humanos.

Urgência

Em seu parecer, Osmar Dias explica que “após exaustivas reuniões com os mais diversos segmentos afetos ao tema”, chegou a pensar em separar do projeto a questão das células-tronco, que passaria a ser obje-

to de legislação própria. Entretanto, cientistas alertaram para a premência de autorizações de pesquisas e tratamentos médicos que envolvem a utilização de células embrionárias.

O relator propõe a mudança do termo “embrião humano” por “conjuntos celulares embrionários humanos”, com o objetivo de deixar claro na lei que a utilização prevista envolve “um conjunto de células com capacidade transformacional e não um ser humano formado”. O texto estabelece, ainda, que só poderão ser utilizados “conjuntos celulares embrionários com idade máxima de cinco dias e sempre com o consentimento dos doadores”.

Limites

Ao sugerir as modificações, Osmar Dias afirma que, no caso das competências da CTNBio, procurou definir “com muita transparência” esses limites. De acordo com o substitutivo, a comissão irá deliberar sobre pesquisa e comercialização, cabendo aos órgãos técnicos “recurso contra a deliberação”.

O senador também abre a possibilidade de a própria CTNBio deixar ao encargo desses órgãos a elaboração final da autorização. A proposta prevê a possibilidade de encaminhar processos para o Conselho Nacional de Biossegurança, que ficará responsável, conforme o projeto, pelo assessoramento à Presidência da República sobre os organismos geneticamente modificados.



Moreira Moritz

CRIME Projeto de Tião Viana objetiva evitar espionagem eletrônica sobre hábitos de navegação na rede

os hábitos de consumo dos usuários de forma a oferecer-lhes posteriormente produtos e serviços. A proposta será examinada pelas comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Célio Azevedo

CORREÇÃO Edison Lobão quer aumentar o leque de doações para entidades filantrópicas

Lobão defende em projeto ampliação de deduções do IR

Ao destacar que a legislação do Imposto de Renda não admite doações de pessoas físicas para entidades filantrópicas, mas as permite para entidades culturais, o senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou ontem que apresentará projeto de lei que mantém o mesmo limite global de dedução do Imposto de Renda, mas amplia o leque de doações filantrópicas dedutíveis pelo contribuinte. A proposta corrige essa “anomalia”, disse o senador, dando às entidades filantrópicas brasileiras, prejudicadas pelas normas legais que tratam das doações

financeiras que as mantêm, o reconhecimento que elas não recebem das autoridades governamentais.

Atualmente, afirmou o senador, as doações de pessoas físicas com dedução fiscal só podem ser feitas aos fundos da criança e do adolescente.

– As pessoas físicas não podem doar para a filantropia, mas podem fazê-lo para a cultura, o que revela incoerência de critério – observou.

Ele disse também que as obras de assistência social benemerente deveriam estar no mesmo nível de prioridade que as ações culturais.

Segundo o senador, “não cabe o argumento de que os recursos podem ser assim mais bem administrados e direcionados para as entidades que cumpram efetivamente todas as exigências da lei e se submetam à fiscalização dos Conselhos da Criança e do Adolescente”.

Para Lobão, nada deve impedir que o contribuinte direcione a sua doação a uma determinada obra social e não para o conjunto delas.

– Ao Estado cumpre apenas exigir e fiscalizar as condições que atribuam legitimidade àquela obra para receber os recursos incentivados – frisou.

Lúcia Vânia quer crianças mais protegidas no trânsito

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto de lei determinando que crianças sejam transportadas nos bancos traseiros dos carros usando dispositivos de retenção certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro). Bebês de até 1 ano devem viajar deitados e crianças de até 4 anos precisam viajar em cadeirinhas, de acordo com a proposta. O uso do cinto de segurança só é recomendável depois que a criança consegue alcançar, com os pés, o chão do veículo.

O Código de Trânsito Brasileiro determina que crianças menores de 10 anos viajem no banco de trás, mas nenhuma menção é feita ao uso de dispositivo de retenção. A senadora informou que 90% das 1.200 mortes de crianças que ocorrem anualmente no trânsito



José Cruz

EFICIÊNCIA Lúcia Vânia destaca que medidas propostas poderiam evitar 90% das mortes no país

no Brasil poderiam ser evitadas com o uso desses mecanismos de segurança.

– Os motoristas brasileiros praticamente desconhecem a maneira correta de transportar crianças – afirmou Lúcia Vânia, lembrando que mais grave ainda é o uso de equipamentos ineficientes, que são livremente comercializados.

A proposta de Lúcia Vânia será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo. Isso significa que, se for aprovada no âmbito da CCJ, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Viana sugere proteção aos usuários da Internet

O senador Tião Viana (PT-AC) pretende proteger a privacidade dos usuários de computador por meio de lei que torne crime de falsidade ideológica instalar, sem o conhecimento do usuário, programas acessórios que tenham mecanismo de coleta e transmissão de dados sobre hábitos de navegação na Internet e também os que abrem automaticamente janelas publicitárias (*pop-ups*).

O projeto torna obrigatório que, em sua documentação, os programas avisem aos usuários

que tais rotinas serão instaladas junto com o aplicativo principal, deixando ao comprador a escolha de querer ou não a instalação. A proposta determina ainda que a opção do usuário de não permitir a instalação de programas espionês (*spyware*) ou de publicidade (*adware*) não poderá prejudicar a funcionalidade do programa principal.

Viana destaca que a prática de espionagem eletrônica vem se tornando cada vez mais comum na Internet. O objetivo dessa espionagem é conhecer